

O debate do PSD foi “uma tentativa de assassinato de carácter e de linchamento em sede parlamentar”

André Bradford criticou o ataque personalizado que o PSD Açores promoveu contra a ex-presidente da Associação Arrisca, esta quarta-feira, na Sessão Plenária, e garantiu que o Grupo Parlamentar do PS Açores fará, sempre, uma oposição feroz a este tipo de estratégia. “É muito perigoso para a democracia que o maior partido da oposição tenha apostado tudo, numa oposição intriguista, maledicente, repleta de indignações encenadas, com uma moral sectária, que não tem princípios nem tem fim, mas é só uma imensa nebulosa, de enredos justiceiros, montados porque nem sequer se deu ao trabalho de ver primeiro se tinha telhados de vidro”.

Para o líder parlamentar do PS Açores ficou bem explícito, após a intervenção inicial de Duarte Freitas, que o objetivo do debate promovido pelo PSD Açores foi “uma tentativa de assassinato de carácter e de linchamento em sede parlamentar da ex-responsável máxima da Arrisca”. André Bradford demonstrou que as acusações feitas pela bancada social democrata não se fundamentaram “na violação da lei, porque ela não existiu”, mas sim num “suposto padrão de decência, que mais não é do que a soma das opiniões, das interpretações, das insinuações e das inquietações do PDS e da sua liderança nos tempos que correm”.

Sobre os factos em concreto, os que constam do relatório da Inspeção Regional da Saúde sobre a Instituição Particular de Solidariedade Social – Arrisca, André Bradford sublinhou que a ex-presidente da Arrisca, enquanto técnica superior psicóloga e coordenadora técnica de diversos projetos, “auferia uma remuneração global de cerca de 4 mil euros brutos mensais, o que equivaleria a cerca de 2 mil 600 euros líquidos”. Realçou que Suzete Frias não recebeu qualquer remuneração pelo cargo de presidente da Associação e, como ficou esclarecido, não teve qualquer participação na decisão sobre o seu vencimento.

Considerar que este é um valor “milionário” - como acusou a oposição – e condenar quem é o recebe, exige que se faça o mesmo em relação aos técnicos superiores da função pública com carreira semelhante. Que se faça o mesmo juízo, em relação aos técnicos de outras instituições de solidariedade social nos Açores e, até mesmo em relação, aos próprios deputados. “Não sejamos



hipócritas (...) todos nós ganhamos mais do que isso. Consideram-se os senhores deputados pagos de uma forma milionária?”, questionou.

Também o deputado Francisco Coelho questionou “o caminho” da política e daquilo que deve ser o papel da Assembleia Legislativa dos Açores: “Este parlamento deve existir, ou tem como função primacial, fazer julgamentos de pessoas que não sejam sequer por causa de ilícitos legais ou do direito, mas por causa da moral?”.

Horta, 17 de janeiro de 2018